

**UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO INTEGRAL A PARTIR DA  
PERSPECTIVA DECOLONIAL**

*Lucia Helena Alvarez Leite*

*FAE/UFMG*

A discussão sobre Educação Integral ganha espaço nas políticas públicas educacionais, principalmente a partir o Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial no 17/2007 e pelo Decreto no 7.083/2010, com a finalidade de “contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante oferta de educação básica em tempo integral” (Art. 1º).

Apesar de estar presente em políticas públicas de educação de muitos estados e municípios brasileiros, o tema da Educação Integral é complexo, remetendo a distintas concepções e práticas. Tanto pode significar mais tempo para reforçar as atividades tradicionalmente delegadas à escola como mais tempo para ampliar a função socializadora da escola e assumir novas dimensões da formação humana. Por trás de escolhas e compreensões, é possível perceber projetos distintos, com concepções diversas e, por vezes, antagônicas, configurando-se, muitas vezes, em projetos em disputa.

O objetivo desse trabalho é ampliar o campo de análise sobre o tema da educação integral, tendo como referência a perspectiva decolonial, defendida por autores latinoamericanos que vêm tratando das concepções coloniais a respeito da condição de pobreza que historicamente têm orientado as práticas escolares e os seus efeitos colonizadores sobre os estudantes. Por outro lado, assentadas na perspectiva de Catherine Walsh (2013), de que ainda que não haja um estado nulo de colonialidade, é possível sim identificar práticas pedagógicas orientadas por posturas, posicionamentos e projetos de resistir, transgredir, intervir, busca-se refletir também a respeito dos contextos educacionais de tensionamentos e/ou de rupturas em relação às concepções coloniais da pobreza, e suas potencialidades emancipatórias.

No caso específico do Brasil, colocar em discussão o tema da educação integral na perspectiva do decolonialismo é assumir, publicamente, um olhar sobre o processo histórico vivido pelo povo brasileiro, explicitando as lógicas e os efeitos coloniais que persistem, apesar do fim do período colonial. Esta perspectiva rompe com a idéia do

povo brasileiro como uma identidade única, tão propagada no imaginário da população, revelando como esta "colonialidade do poder" acabou por impor um determinado modelo de cidadão - o de homem, branco e proprietário - a partir de um padrão europeu, naturalizando, assim, as noções de inferioridade e superioridade das raças e dos grupos sociais. Os "outros" - os que fogem deste padrão - passam a ser vistos como primitivos, carentes, pobres. Segundo Arroyo (2015), essa interpretação

tem sido uma das formas mais radicais da produção das desigualdades e das representações dos pobres: desiguais em humanidade, pobres em humanidade, por isso pensados e alocados como primitivos, incultos, imprevidentes, irracionais, sem valores. (p.183)

Assim, a perspectiva decolonial "escancara" a desigualdade presente nas sociedades latinoamericanas e a forma de mantê-la, seja através da exploração econômica, seja através da dominação cultural. Nesta perspectiva, é possível compreender como a escola, desde a época dos jesuitas, desenvolveu uma educação colonizadora, reproduzindo esta dominação revestida de "salvação", já que propagava, como seu objetivo, retirar estes "outros" da condição de "primitivos", de pré-modernos, e introduzi-los no projeto de cidadania da Modernidade. Como bem afirma Arroyo (2015):

As escolas das primeiras letras, como hoje de letramento, não passaram de inculcação dos primeiros ensinamentos morais, de criar hábitos de convívio, de trabalho, de disciplina, de ordem. O ensino primário em conhecimentos era farto em bons conselhos moralizantes das crianças pobres, dos negros que lentamente ocupavam os bancos das escolas. Para as elites, a função encomendada da escola pública não era e não é esclarecer, ilustrar as mentes dos(as) filhos(as) do povo, mas moralizá-los. (...) A nova segregação social e racial repõe essa função social moralizante da escola pública. A velha frase moralizante: abramos uma escola e fecharemos uma cadeia sintetiza essa visão do povo delinquente, imoral por origem, classe, raça. (p. 25)

Esta foi a proposta por trás do projeto de uma "escola pública igual para todos, direito de todos os cidadãos", revela a perspectiva decolonial. Segundo esta perspectiva, longe de existir um conceito de cidadania universal e igualitária, o que havia era a imposição cultural, através da naturalização de um determinado perfil de grupo social. A consequência deste modelo de escola acabou sendo a exclusão e a discriminação dos grupos sociais que não coincidiam com este padrão, com a consequente perda do seu direito a uma educação voltada para seus interesses e necessidades. Como afirma Arroyo (2015:21):

Até a história da nossa educação pública mínima, elementar, doada pelas elites aos grupos segregados teve como referente as formas hegemônicas de segregação social e racial dos grupos discriminados e

as formas hegemônicas de pensar os destinatários dessa educação pública mínima: os trabalhadores empobrecidos, os negros, camponeses. A histórica visão negativa e inferiorizante desses grupos sociais e raciais e de seus filhos/as marcou e continua marcando a lenta garantia do seu direito à educação. Esses grupos sociais foram mais do que meros destinatários das ações educativas. Eles foram o referente, a medida de qual educação, de qual escola, de qual sistema escolar mereciam no padrão de poder-saber e qual lugar lhes cabia nesse latifúndio do poder. O nosso sistema de educação carrega as marcas da velha e persistente segregação social e racial. Conseqüentemente, a pergunta sobre em que tempos estamos na garantia do direito à educação exige perguntar-nos em que tempos estamos na história da segregação social e racial.

Podemos compreender, então, que existem concepções de educação que estão diretamente relacionadas a projetos sociais e políticos em disputa na sociedade. A proposta de Educação Integral chega no Brasil trazendo o debate sobre a ampliação das dimensões de formação das crianças, jovens e adolescentes brasileiros, propondo um encontro entre os saberes e territórios do bairro e da cidade e os saberes escolares. Encontro que significa ampliar o tempo, os processos e os espaços educativos. Mas para isso, é fundamental considerar que concepções informam e orientam estas propostas e práticas. Assim, ainda que haja um consenso da importância da Educação Integral nas políticas públicas brasileiras, isso não significa que as concepções e práticas sejam consensuais. Como enxergam as crianças e os os jovens, sujeitos da Educação integral? Como compreendem os saberes que trazem de sua experiência social e cultural? Como entendem o papel da escola para esses sujeitos?

Mas não há como desvincular a discussão sobre Educação Integral da discussão sobre o olhar que as políticas públicas e a academia têm sobre as crianças, jovens e adultos participantes dessas experiências. É nesta direção que caminha este debate: Que olhares podemos encontrar nas pesquisas e práticas que tratam da Educação Integral no Brasil? Um olhar colonizador sobre os sujeitos e a educação? Uma busca de descolonização desse olhar? Que concepções orientam as escolhas desses estudos e experiências? Há experiências de Educação Integral que rompem com algumas lógicas coloniais?

Assim, a maior contribuição da presente trabalho não são as afirmações que faz, mas os questionamentos que provoca, possibilitando, assim, um debate acerca das políticas, práticas e pesquisas no campo da Educação Integral, tendo como referência a perspectiva decolonial.

### **Referências Bibliográficas**

- ARROYO, M. G. O direito à educação e a nova segregação social e racial: tempos insatisfatórios?. **Educ. rev.** [online]. 2015b, vol.31, n.3 <http://www.scielo.br/pdf/edur/v31n3/1982-6621-edur-31-03-00015.pdf> > Acesso em: 04/12/2016
- ————Portaria Normativa Interministerial No- 17, de 24 de abril de 2007. In: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais\\_educacao.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf)
- ————. Decreto 7083/2010. In: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm).
- WALSH, Catherine. Lo pedagógico y lo decolonial. Entrejiendo caminos . In: WALSH, Catherine. **Pedagogías Decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir, y (re)vivir.** Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013. 553 p.